

27
anos



a Página da Educação

Assegurada a continuidade de um projecto pleno de sentido e pertinência



No já longínquo dia 21 de Dezembro de 1991, saía pela primeira vez a público o mensário «a Página da Educação», que seria publicado de forma ininterrupta até ao final do ano passado – altura em que se transformou numa revista trimestral, por inspiração do director (José Paulo Serralheiro, recentemente desaparecido) e vontade expressa dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores do Norte, o principal suporte deste projecto editorial desde a primeira hora. Nascido no interior da profissão docente, «a Página da Educação» ocupa hoje um lugar único e de reconhecida relevância no contexto educacional português, pedindo, como tal, continuação e desenvolvimento. É assim que, justamente 18 anos depois, a edição de Inverno da Página começará a ser distribuída aos leitores – agora, sob a direcção de uma nova equipa, constituída por professores dos vários ciclos de ensino: Isabel Baptista (directora); Ana Brito Jorge (directora adjunta); António Baldaia (editor) e Américo Peres, Ariana Cosme, Fátima Antunes, Fernando Santos, Henrique Borges, Paulo Teixeira de Sousa, Rafael Tormenta e Rui Trindade (Conselho Editorial). Mantêm-se as dezenas de colaboradores regulares e o suporte de uma equipa de redacção (Lúcia Manadelo, Ricardo Costa e Sílvia Enes).

Honrando o legado recebido, a equipa directora compromete-se a respeitar a exigência de enraizamento socioprofissional que marca a identidade editorial de um espaço de escrita com tanta pertinência e sentido. Um espaço de expressão pública, plural e aberto a todos quantos elegem a Educação como área privilegiada de investigação e de acção, de acordo com valores de uma cidadania que se deseja cada vez mais livre, justa e solidária. ▶

Direcção de
«a Página da Educação»

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Fotografia da capa** Ana Alvim · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Em 1928, a Federação Americana de Professores publicou um conjunto de intervenções de John Dewey, conhecido filósofo e pedagogo norte-americano, com o título "Por que os professores precisam de um sindicato".

Com grande acutilância, Dewey explicava por que se orgulhava de ser membro de um sindicato de professores, uma "organização de trabalho agressiva, que represente todos os interesses que os professores têm em comum e que, ao representá-los, represente também a protecção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e com isso reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual". Entre outros aspectos, realçava a acção dos sindicatos na defesa de salários que assegurem "um nível de vida decente" e o seu contributo histórico para "melhorar a educação pública e introduzir os princípios e ideais de educação progressista nas escolas", assim como para "elevar o nível moral, intelectual e social da profissão".

SPN completa 27 anos

Os professores precisam de um sindicato

Pela sua pertinência e actualidade, a «SPN-Informação» divulga esses textos no mês em que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) comemora o 27º aniversário. São 27 anos de um caminho em que o esforço colectivo e decidido de muitos fez do SPN o maior sindicato de professores do Norte e o segundo maior do país.

Alguns dos que estiveram no arranque deste projecto já não estão entre nós, deixando-nos a saudade e as memórias de muitos momentos partilhados na construção quotidiana do sindicato. É o caso de três companheiros que nos deixaram recentemente e que neste aniversário queremos homenagear: António Costa Carvalho, Adriano Teixeira de Sousa e José Paulo Serralheiro.

É uma forma de homenagear, também, todos os que, de forma mais ou menos anónima, deram muito de si ao SPN. O seu exemplo constitui património imorredoiro e estará presente no trabalho que continuaremos a desenvolver em prol das causas que incondicionalmente abraçaram.

A passagem de mais um ano coincide com o início de um processo negocial com a nova equipa do ME em torno da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD). Na primeira reunião com a nova ministra, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) chamou a atenção para um largo conjunto de problemas que afectam a vida dos professores e das escolas.

No plano profissional, reafirmou a exigência de revisão do ECD, assim como a necessidade de restituir a tranquilidade às escolas e dar aos professores condições mínimas de trabalho, suspendendo de imediato o 2º ciclo de avaliação e garantindo que no final do 1º ciclo todos os professores seriam avaliados, tivessem ou não apresentado proposta de objectivos individuais.

A estas exigências, o ME respondeu positivamente, transmitindo às escolas orientações nesse sentido.

Sendo evidente a diferença de atitude entre a actual e a anterior equipa do ME, o que verdadeiramente conta são as propostas que vierem a ser apresentadas e a vontade política de encontrar soluções negociadas para as várias questões. Os sindicatos têm propostas e querem ajudar a construir soluções. Assim esteja o ME disposto a iniciar um processo de efectiva negociação e não apenas de diálogo inconsequente, como aquele que o anterior governo adoptou.

Uma coisa é certa: se o ECD não for profundamente alterado e as condições de trabalho dos professores não mudarem, a Escola continuará a ser um local de onde os professores vão querer sair o mais cedo possível e a profissão docente será, no futuro, um recurso para quem não puder fazer mais nada.

Se assim for, perderão os professores mas perderá também, seguramente, a Escola Pública – e o país, que verá o seu futuro comprometido.

É neste contexto que o SPN celebra o 27º aniversário. Nesta ocasião, reafirmamos o nosso compromisso. De empenhamento e combatividade, numa luta que foi do passado, que é do presente e que, no futuro, vai continuar a exigir que o SPN esteja sempre à altura da sua história e dos desafios que se lhe colocam. ▶

Manuela Mendonça,
coordenadora do SPN



Conselho Nacional da Fenprof reuniu e aprovou resolução

“Com o início de uma nova Legislatura, e tendo em conta o novo cenário político do país, torna-se possível alterar alguns dos caminhos mais negativos que marcaram a anterior, em que se destacou uma atitude de permanente confronto com os professores e educadores, assumida, sobretudo, pelos responsáveis do Ministério da Educação.

Para o futuro pretende-se, desde logo, uma postura diferente de valorização do diálogo e da negociação, devendo os sindicatos ser reconhecidos como parceiros privilegiados, enquanto legítimos representantes dos docentes. Nesse quadro, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) assume uma posição particularmente relevante e de maior responsabilidade, pois é a organização de maior representatividade”.

Apenas uma má partida?

“O programa apresentado pelo Governo para a Legislatura veio reforçar a ideia de estarmos perante a intenção de prosseguir políticas, mesmo as mais negativas e contestadas. No que à Educação diz respeito, e para além dos aspectos relacionados com a carreira docente, o programa é demasiado

vago e generalista, mais centrado em intenções do que em medidas, mas não deixam de se perceber a vontade de manter um modelo de gestão que não serve os interesses das escolas e a intenção de:

- reforçar os níveis de contratação directa pelas escolas, cujos resultados têm sido os piores;
- prosseguir o caminho da municipalização do Ensino Básico;
- não apostar na rede pública de jardins-de-infância para expandir a Educação Pré-Escolar;
- manter o subfinanciamento das instituições de Ensino Superior público;
- não alterar o regime de transição dos docentes do Ensino Superior Politécnico para a nova carreira.

Entre intenções negativas e que mereceram muita contestação e relevantes omissões, o programa apresentado pelo Governo à Assembleia da República não permite antever uma ruptura com políticas e práticas antes desenvolvidas.

Todavia, a abertura ao diálogo, as intenções e a vontade e coragem políticas do Governo para alterar, de forma negociada, as opções mais negativas que foram impostas e os correspondentes quadros legais aprovados ao longo da anterior Legislatura, começarão a ser clarificadas após a realização da primeira reunião com a equipa ministerial que terá lugar [teve] no dia 10 de Novembro”.

Estabilidade profissional

“Num quadro de alargamento e aprofundamento da capacidade de resposta da Escola Pública e, ao mesmo tempo, servindo critérios de elementar justiça para com milhares de profissionais, reclama-se que seja posto fim ao crescente caminho de precarização do trabalho docente, opção evidenciada quer pelo agravamento das condições contratuais em que um número crescente de professores e educadores é obrigado a trabalhar, quer pelo resultado do recente concurso externo, em que apenas um escassíssimo número de docentes entrou em quadro, não obstante as vastas necessidades do sistema, bem patentes no volumoso recurso a contratações que logo de seguida se iniciou.

Em sessão realizada no dia 7 de Novembro, o órgão máximo da Fenprof, entre congressos, aprovou uma resolução que consubstancia um quadro de matérias que, por um lado, deverão merecer a atenção dos professores e educadores portugueses, e que, por outro, constituem desafios claros a colocar ao novo Executivo, numa perspectiva de correcção profunda de tudo o que de negativo foi herdado da equipa anterior. Sendo vasto o conjunto de matérias citadas, o Conselho Nacional entendeu agrupá-las por prioridade de agendamento nas relações institucionais com o Governo, na expectativa de um relacionamento não só mais fácil, aberto e consistente, como também eticamente sustentado e propiciador dos consensos alargados de que o sistema educativo tanto necessita. A base para esta resolução não podia deixar de ser a Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses, divulgada publicamente no início do ano lectivo e, entretanto, apresentada oficialmente a todos os partidos da oposição – uma vez mais, o PS primou pela ausência...

É, assim, justa e urgente a criação de regras de vinculação que se apliquem aos professores, pelo menos em termos equivalentes ao que a Lei dispõe para a generalidade dos trabalhadores; é imprescindível uma correcta identificação das necessidades permanentes das escolas e do sistema que, de seguida, se traduza na opção por trabalho digno, estável e com direitos; com o objectivo de começar a corrigir muitas destas situações, é indispensável que ainda no corrente ano lectivo se realize um novo concurso de professores para ingresso nos quadros das escolas e agrupamentos.

Combatendo, no imediato, as degradadas condições remuneratórias em que milhares de docentes contratados estão a prestar funções, a Fenprof reitera a reivindicação de que seja aplicado a todos o índice 167, índice de ingresso na carreira.

A Fenprof está disponível para se envolver em todas estas frentes, nomeadamente através do desenvolvimento dos indispensáveis processos negociais, visando a alteração de alguns dos quadros legais mais negativos”.

Devolver a tranquilidade às escolas

“Para a Fenprof é tempo de devolver às escolas o clima de tranquilidade e serenidade indispensáveis à sua organização e bom funcionamento, contribuindo, dessa forma, para que melhorem as aprendizagens dos alunos. Nesse sentido, entregará à ministra da Educação [entregou], na primeira reunião a realizar – marcada para o dia 10 de Novembro, pelas 10 horas –, um dossier contendo posições e propostas apresentadas ao longo da Legislatura anterior, para efeitos de negociação, com as quais se pretendia contribuir para a resolução dos problemas. Infelizmente, a equipa ministerial então em funções não acolheu nada do que de essencial lhe foi proposto.

Perante a disponibilidade e as propostas que a Fenprof tem e apresentará com os objectivos antes referidos, compete, agora, ao Ministério da Educação e ao Governo demonstrar que estão preparados para este desafio de elevada exigência, deixando claro que se vivem tempos de mudança, não só pela aprovação de medidas que a concretizem, como pela forma de relacionamento com os profissionais docentes e as suas organizações sindicais. Declarações de intransigência e inflexibilidade por parte do Governo não contribuem nesse sentido. Está criado um novo quadro político que resulta da vontade expressa dos portugueses e obriga o Governo a estar disponível para um profundo e consequente diálogo social e político.

No 2º período lectivo, a Fenprof promoverá uma iniciativa de reflexão e debate sobre direcção e gestão das escolas, para a qual convidará os partidos políticos. Pretende, com essa iniciativa, contribuir para uma alteração efectiva do regime imposto às escolas”.

Fenprof solidária

“A Fenprof reconhece, igualmente, que os sindicatos dos professores da Madeira e da Região Açores exercem a sua acção político-sindical num quadro de dificuldade específica que advém da circunstância de terem como interlocutores na política educativa, não apenas o Governo da República, mas também os órgãos de governo próprios das duas regiões autónomas. Nesta perspectiva, a Fenprof empenha-se e solidariza-se com as acções que promovam e favoreçam a resolução das questões consideradas específicas pelas respectivas estruturas sindicais e que constam dos seus dossiers educativos e reivindicativos.

Com a intenção de atingir estes objectivos, a Fenprof estará disponível, como sempre esteve, para construir espaços de convergência na acção e assumir posições de consenso com outras organizações sindicais de professores, no sentido de reforçar a unidade dos docentes e dar consistência às suas lutas.

Por fim, a Fenprof reafirma a sua disponibilidade e vontade para manter os níveis indispensáveis de envolvimento na acção e luta do movimento sindical mais geral. Nesse sentido, envolver-se-á, no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, na defesa da Proposta Reivindicativa Comum para 2010, bem como da CGTP-IN, na defesa do emprego e da valorização dos salários, no combate aos aspectos mais negativos e gravosos do Código de Trabalho, pelo alargamento da protecção no desemprego, pela revogação do chamado “factor de sustentabilidade”, pela alteração das regras de actualização das pensões e prestações e pela defesa de serviços públicos de qualidade”. ▶

Medidas indispensáveis

Num desejável quadro de diálogo e negociação, a Fenprof considera indispensável que sejam tomadas diversas medidas que constam da *Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses*, apresentada no início do ano lectivo, para as quais considera diferentes prioridades.



foto Ana Alvim

DE IMEDIATO

- Garantia de eliminação da divisão da carreira docente entre professores e professores-titulares;
- Suspensão do actual regime de avaliação de desempenho dos docentes e dos seus efeitos, com a garantia de:
 - a) não prosseguir o segundo ciclo avaliativo;
 - b) serem suspensos os efeitos que decorreriam da atribuição de “Muito Bom” e “Excelente” no 1º ciclo avaliativo;
 - c) no primeiro ciclo avaliativo, serem avaliados todos os docentes, independentemente de terem ou não apresentado proposta de objectivos de avaliação, como, aliás, está a acontecer na grande maioria das escolas e agrupamentos.
- Regularização dos horários de trabalho e início de um processo negocial visando alterar, para o futuro, os critérios em que assenta a sua elaboração;
- Regularização da situação laboral dos técnicos, na esmagadora maioria docentes, que exercem funções nas AEC – independentemente das entidades que os contratam –, sendo eliminados os recibos verdes e respeitadas as remunerações legalmente estabelecidas;
- Respeito pelos direitos sindicais, com a aprovação de medidas que visem eliminar as penalizações a que se sujeitaram professores que participaram em reuniões sindicais, professores que são dirigentes sindicais e as próprias organizações, cuja autonomia de organização e representatividade foram postas em causa;
- Substituição do regime de transição dos docentes do Ensino Superior Politécnico para a nova carreira por um que consagre mecanismos de acesso, não exclusivamente dependentes de concursos, para os que têm exercido funções permanentes há já largos anos nas suas instituições.

NO PRIMEIRO PERÍODO LECTIVO

- Início do processo de revisão do ECD, visando, entre outros objectivos, eliminar a divisão da carreira, substituir o modelo de avaliação, rever os critérios de organização dos horários de trabalho, revogar a prova de ingresso na profissão, contar integralmente o tempo de serviço prestado, criar requisitos específicos para a aposentação dos docentes;
- Aprovação, no âmbito da revisão do ECD, de um regime de integração nos quadros para os professores de Técnicas Especiais, de acordo com a Resolução da Assembleia da República nº 17/2006, de 9 de Fevereiro. Na mesma linha, aprovação de um regime especial de acesso à profissionalização dos docentes que leccionam disciplinas e áreas em que tal acesso não é possível (nomeadamente nas áreas do Ensino Artístico e Profissional), independentemente do número de anos de serviço;

- Início das adaptações do ECD aos docentes a exercerem funções noutros ministérios e institutos públicos e serviços;
- Adopção das medidas indispensáveis à abertura de novo concurso, com vagas declaradas, ainda no corrente ano lectivo. Nesse sentido, deverá retomar-se a contratação através do modelo de “colocações cíclicas”, alargadas a todo o ano escolar, e rever as regras para des-tacamento DAEL e DCE;
- Desbloqueamento das mudanças de escalão remuneratório e das subidas de categoria, tornando efectivas as normas correspondentes dos novos estatutos das carreiras do Ensino Superior;
- Aprovação de orçamentos para 2010 que invertam o desinvestimento no Ensino Superior público que se acentuou nos últimos anos;
- Negociação e aprovação da revisão do Estatuto da Carreira da Investigação Científica;
- Aprovação, nas instituições do Ensino Superior público, de sistemas de avaliação dos docentes que sejam transparentes, justos e idóneos, em processos largamente participados e com a audição, não apenas formal, das organizações sindicais.



foto Ana Alvim

DURANTE O ANO LECTIVO

- Início do processo de revisão do actual modelo de gestão escolar, visando a sua democratização;
- Revisão do regime de Educação Especial, incluindo o que respeita à Intervenção Precoce, deixando a CIF de ser o único instrumento colocado à disposição das escolas para efeitos de diagnóstico das situações que revelam necessidade de apoio e reorganizando toda a rede de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, de modo a pôr fim à segregação promovida pelo Decreto-Lei nº 3/2008;
- Revogação do processo de municipalização de todo o Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, a que mais de 2/3 dos municípios não aderiu, e início de um processo participado de reflexão, visando a transferência de competências, preferencialmente para as escolas/agrupamentos, mas identificando os âmbitos em que tal deverá acontecer e os recursos que as deverão acompanhar;
- Abolição do calendário escolar específico para a Educação Pré-Escolar, que penaliza a actividade lectiva desenvolvida com as crianças, prolongando-a em cerca de mais 30 dias, inviabilizando a necessária articulação com o 1ºCEB, prevista na legislação, e impedindo a participação dos educadores de infância em idênticos espaços de discussão, avaliação e reflexão de que dispõem os docentes dos ensinos Básico e Secundário;
- Exigência de que o ME reconheça, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado em creche pelos educadores de infância;
- Aprovação de um modelo de resposta social para a Escola Pública, no quadro de uma componente de efectivo apoio à família a prestar no Ensino Básico, tendo por referência o que já existe nos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar;
- Substituição do actual modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1ºCEB (que está a pôr em causa o normal funcionamento das escolas e a prejudicar as actividades curriculares) por outro em que as AEC sejam, como refere o Decreto-Lei nº 6/2001, actividades lúdicas e culturais e em que estas decorram depois das actividades lectivas; a língua estrangeira deverá ser incluída no currículo;
- Revisão dos actuais regimes de formação de professores e educadores – inicial, contínua e especializada – no sentido da sua requalificação; +

- Alteração do regime de financiamento do Ensino Superior Público, no quadro de uma revisão mais geral do Regime Jurídico daquelas instituições, garantindo um financiamento de base suficiente para assegurar a qualidade do seu funcionamento e a não discriminação das instituições em função da sua natureza jurídica;
- Aprovação do diploma sobre o regime dos docentes do Ensino Superior Particular e Cooperativo, previsto no RJES, de forma negociada com os sindicatos, com vista à garantia de condições de carreira e de estabilidade de emprego;
- Aprovação e efectivo cumprimento de um calendário relativo à avaliação e financiamento das unidades de investigação, bem como à apresentação de projectos, sua avaliação e financiamento, que permitam um sustentável crescimento da actividade de investigação científica.

AO LONGO DA LEGISLATURA

Coloca-se um desafio extremamente exigente ao novo governo e aos parceiros educativos: a criação de condições que contribuam para o êxito do alargamento da escolaridade obrigatória. Tal passa pela redução dos níveis de abandono e insucesso escolar e deverá orientar-se no sentido do aumento real dos níveis de qualificação dos portugueses. Nesse sentido, há que garantir:

- Um reforço real da Acção Social Escolar, incluindo um forte apoio à aquisição de manuais escolares, que deverão tornar-se gratuitos;
- A reorganização dos currículos dos ensinos Básico e Secundário e a revisão dos respectivos regimes de avaliação dos alunos;
- A efectiva garantia de universalização da oferta da Educação Pré-Escolar, visando, no prazo da Legislatura, a criação de condições para a obrigatoriedade de frequência no ano que antecede a entrada no Ensino Básico;
- A valorização das vias profissional, tecnológica e artística, às quais deverá ser conferida igual dignidade à que se reconhece à científico-humanística;
- O apoio efectivo à consolidação daquelas vias, através da alteração dos seus regimes de organização e financiamento, da abertura de lugares de quadro nas escolas públicas e da negociação de um Contrato Colectivo de Trabalho para os docentes das escolas profissionais;
- O cumprimento efectivo da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e da sua regulamentação, no que respeita à equiparação dos educadores de infância que exercem funções em IPSS aos seus colegas do Ensino Particular e Cooperativo, através da negociação com os sindicatos, mas também da intervenção fiscalizadora do ME sobre a aplicação do financiamento concedido às instituições;
- A reorganização dos CNO, de forma a que seja garantida a qualidade educativa e de que a mais certificação corresponda mais qualificação;
- A criação de condições para a existência de representantes de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho em todas as escolas/agrupamentos, como mais uma forma de melhorar as condições de trabalho, físicas e psíquicas, nomeadamente na prevenção de situações de indisciplina e violência;
- A avaliação dos efeitos da aplicação do "Processo de Bolonha" e a aprovação de medidas que corrijam as suas consequências negativas, de modo a contribuir para o aumento da democratização do acesso e da frequência do Ensino Superior, bem como da sua qualidade e relevância social;
- A efectiva concretização dos concursos necessários ao preenchimento dos lugares de professor de carreira, no cumprimento do estabelecido nos estatutos das carreiras docentes do Ensino Superior;
- O alargamento significativo dos lugares de investigadores, em particular no que respeita a postos permanentes de carreira. ▶



SPN acolhe debate sobre as AEC

**É urgente partilhar informação e unir os trabalhadores das AEC.
É urgente a solidariedade dos pais e encarregados de educação.
É urgente sensibilizar quem não quer que os seus impostos sirvam para o enriquecimento das empresas à custa da precariedade dos professores.**

As Actividades de Enriquecimento Curricular destinam-se a ocupar os tempos livres dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, mas assentam num modelo errado que deveria ser rapidamente corrigido – opinião partilhada por todos os partidos com representação parlamentar. Se o programa é da responsabilidade política do Governo, o seu funcionamento, nomeadamente a contratação de técnicos – professores, claro, recrutados facilmente num meio em que o desemprego atinge dezenas de milhares de profissionais –, é, geralmente, uma competência das autarquias, que os contratam directamente ou através de empresas, algumas delas criadas especificamente para esse fim.

Estes trabalhadores têm uma remuneração reduzida, frequentemente em regime de falso recibo verde e em situação de evidente precariedade, sendo-lhes negados, com frequência, os direitos que qualquer trabalhador tem, quer ao nível do reconhecimento, quer da protecção social.

Não admira, assim, que já sejam muitos os que, sob anonimato, se dirigem aos sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), apresentando queixas e denunciando “anomalias”:

- utilização de recibo verde, correspondente à prestação de serviços, quando esta actividade, pelas suas características (prazo definido, horário fixo, tutela superior), obriga à existência de um contrato de trabalho;
- pagamento abaixo do valor estabelecido pelo Despacho nº 14.460/2009, de 15 de Maio;
- situações em que, aos professores das AEC que entretanto optam por outra actividade, não são pagas muitas horas de trabalho realizado (incluindo os que obtêm colocação numa escola para exercício de actividade docente);
- processos de selecção que, frequentemente, não obedecem a regras (o que significa que a arbitrariedade se instalou), sendo vulgar que a selecção se faça por convite ou através de simples entrevista;
- empresas que são financiadas para a prestação de formação específica para o exercício de actividade nas AEC, mas que obrigam os formandos (os “técnicos”) a pagar inscrição e a frequência da formação – ou seja, financiam-se duas vezes.

Assembleia aberta

Estes problemas são já do conhecimento tanto da Fenprof como do Ministério da Educação e dos municípios onde se verificam. Só que quem tem poder para os resolver nada faz, pactuando objectivamente com a ilegalidade e a imoralidade do processo.

Em tempos, a anterior ministra da Educação afirmou que acabariam os recibos verdes como forma de relação laboral. Mas não acabaram! Podem não ser os municípios a estabelecer directamente essa relação, mas são as empresas com quem contratualizam – e que crescem como cogumelos. Essas, não só mantêm os recibos verdes, como remuneram muito abaixo do estabelecido por lei. E se é evidente que a responsabilidade política é do Governo, também é certo que os municípios não estão isentos em relação a esta matéria, nomeadamente porque não fiscalizam a realização de actividades que delegam em operadores privados.

Porque é urgente dar visibilidade a estes problemas e combatê-los, o SPN decidiu franquear as suas portas para uma reunião aberta a todos os interessados em debater a situação e pensar em acções para a sua resolução (5 de Dezembro). ▶

Pela mudança de políticas no 1ºCEB

Através de um discurso neoliberal, muito em voga nos tempos que correm, em que tudo é reduzido a uma relação de consumo, que faz a apologia do controlo pelos resultados e advoga um posicionamento dos alunos como clientes, a Escola vê-se, hoje, a braços com uma profunda crise da sua identidade, construída ao longo de décadas.

Este é um discurso que nega a Escola como um espaço político, de construção de uma cidadania de emancipação, um espaço de participação, e sobrevaloriza a sua dimensão de centro de reprodução por excelência, cuja existência só se justifica em função do interesse económico que tudo domina e determina.

Assim, *educar* já não é um acto político, mas técnico, pelo que compete à Escola adaptar-se aos constantes cenários de mudança instituída, ou por instituir, uns estruturais outros conjunturais. A esta Escola, e aos seus profissionais, hoje, tudo se lhe pede: que transmita conhecimentos, que socialize, que integre, que previna a exclusão, que habilite para um mercado de trabalho em constante mutação, que prepare para a imprevisibilidade e para a cidadania, preferencialmente de submissão. Como já alguém escreveu, esta é uma *hiperescola de missões impossíveis*, porque surge como a única agência responsável pela cura de todas as endemias sociais.

Paradoxalmente, este é um discurso que surge associado a uma política de desvalorização da Escola Pública que, constatando que a Escola é incapaz e ineficaz, propõe como solução, numa perspectiva acumulativa, o acréscimo de novos mandatos, sendo que num cenário de despolitização da coisa educativa, as culpas são imputadas directamente à falta de qualificação dos seus profissionais, os professores, encarados como incompetentes, o que contribui decisivamente para a vulnerabilidade e o descrédito da sua imagem e função social, a necessitar de uma constante justificação.



Professores afrontados

lilbado o sistema e as políticas educativas, que ninguém discute pelo seu carácter único e inquestionável, achadas e discutidas nas mais altas esferas do poder, por gente competentíssima, porque despida de conteúdos ideológicos, logo, gente da máxima eficácia, do melhor que há por cá, e até pela Europa, o problema da coisa educativa deixa de ser político.

Ora, se assim é, então a culpa pelo descalabro do sistema educativo, pintado de negro, sempre de negro, deixa de ser dos decisores e passa a ser dos executores, isto é, a culpa é dos professores, que são os técnicos. Estes, sim, são os maus e é lamentável tal facto – afirmam.

Este foi o princípio que norteou a actuação da anterior equipa ministerial e que justifica todas as medidas que, sozinha, introduziu no sector. Este foi um modelo que promoveu professores:

- desmotivados, porque injustiçados na sua entrega à causa pública;
- desmobilizados, porque fartos de trabalho administrativo e burocrático (sempre esta necessidade de constante justificação!), que lhes retira tempo para serem o que querem ser – professores;
- desencantados com a reconfiguração da sua perspectiva profissional, porque são, agora, encarados como meros executores e não produtores e gestores do saber;
- descrentes, porque este foi um modelo que exigiu deles actividades e funções que não são as suas;
- e indignados, porque invadidos, agora, no seu espaço pessoal, através, por exemplo, da existência de horários que vão muito para além do exigível.

Decididamente, não é com uma estratégia que afronta os professores que vamos lá...

Profissão burocratizada

Tampouco é com o preenchimento de mapas e mais mapas, do leite, da cantina, dos apoios, do subsídio, do “Magalhães”, dos manuais; grelhas e mais grelhas, de avaliação, de observação, de matéria dada, por dar, e a que se está a dar; respostas a ofícios e elaboração de ofícios para a administração, para a junta, para a câmara, centro de saúde, empresas, clube desportivo, técnicos de todo o jeito e feitio, mais ofícios para a requisição de materiais e equipamentos, para isto e para aquilo; relatórios e mais relatórios, de comportamento, de conhecimento, de saúde, de dificuldades, para psicólogos, médico de família, psiquiatras, terapeutas; preenchimento dos documentos de matrícula, inquéritos e mais inquéritos, da avaliação da actividade desenvolvida, da não desenvolvida, da que está por desenvolver, questionários para a direcção executiva, direcção regional, direcção nacional, direcção internacional e direcção intercontinental...

Tudo com o respectivo tratamento estatístico: fichas e mais fichas, diagnósticas, formativas, sumativas, de recuperação, todas com a definição os respectivos critérios, conteúdos e prioridades; justificações e mais justificações, das faltas dos alunos, do material danificado, do vidro que se partiu, da sanita que se entupiu ou do muro que ruiu; sumários e mais sumários, das aulas, do apoio ao estudo; planificações e mais planificações, o PEE, o PAA, o PCT, o PES, o PNL, o PELP, as AEC, e, claro, o portfolio; depois, são as reuniões, de pais e encarregados de educação, de ano, de ciclo, de docentes, do pedagógico, com os promotores de projectos e mais projectos, com a escola, o agrupamento, a autarquia, o ministério, as editoras, as empresas...

Enfim, tudo sobra para o professor do 1º Ciclo, ainda que, para muitos assuntos, a secretaria do agrupamento fique mesmo ali ao lado. Definitivamente, assim não vamos lá! E este modelo não é uma inevitabilidade.

Uma outra política é possível. E os professores reclamam-na. Reclamam um outro paradigma de Escola, endógeno, francamente motivador e mobilizador, porque participado. Um modelo de escuta, em que os professores são ouvidos e reconhecidos nas suas expectativas, necessidades e saber experiencial – será pedir muito, num país que se diz democrático, que se ouçam os professores? Enfim, um paradigma em que os professores contem! Só desta feita é que (re)ganharão os professores e melhor se entenderá o caminho a seguir, nos antípodas daquele que tem sido imposto. +

Que esta ministra saiba ouvir

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) tem as suas ideias, cimentadas ao longo de anos de debate com os professores. E quer discuti-las com quem esteja disposto a ouvi-las. Esperemos que esta equipa ministerial não sofra da otite da anterior!

Que ouça os professores quando defendem a regulamentação do artigo 8º da Lei de Bases do Sistema Educativo que fala em monodocência coadjuvada ou, como a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) propõe, na formação de equipas educativas, no lugar deste malfadado modelo de AECs. Equipas que permitiriam às escolas e aos professores uma mudança efectiva na organização e dinâmica pedagógica, abrindo caminho a um trabalho mais cooperativo, articulado e sustentado entre os professores, com ganhos significativos para as aprendizagens dos alunos. Aí, nesse novo modelo, as actividades deixariam de ser de enriquecimento, mas seriam aquilo que sempre deveriam ser – curriculares! Assim como o ensino do Inglês. Estas, seriam o que sempre deveriam ter sido – ocupação de tempos livres. Que os escute quando afirmam que é impossível trabalhar com turmas numerosas, muitas vezes de 25 ou 28 alunos, tantas e tantas vezes com mais de dois anos de escolaridade. A Fenprof propõe, por exemplo, que as turmas sejam constituídas por 19 alunos e, em casos muito excepcionais, no máximo dois anos de escolaridade. As turmas que integrem crianças com necessidades educativas especiais ou com mais de dois anos de escolaridade devem ser constituídas, no máximo, por 12 ou 15 alunos, respectivamente. É uma proposta!

Que os ouça nas razões que os levam a vociferar contra o horário. Ou será que esta ministra é como a anterior, que achava que todos os professores eram uns madraços e, como tal, havia que os acorrentar à escola? Olhe que não foi com resmas de trabalho administrativo catapultado para as costas dos professores que o actual modelo vingou! Não é a catadupa de tarefas burocráticas que traz o professor mais sabedor e satisfeito com o trabalho. Por outro lado, é bom não esquecer que o Governo acabou com o estatuto especial que estava associado à monodocência e, no entanto, manteve todas as prerrogativas para o seu exercício. Esqueceu-se de estabelecer as novas regras, ou melhor, as que a senhora estabeleceu – sozinha, é bom recordar – são uma aberração! Ou seja, os professores fazem o mesmo, mas agora em condições bastante mais agravadas.

Também aqui o SPN e a Fenprof têm as suas ideias e propostas a apresentar. Aliás, como para tudo o resto que diz respeito à educação e ensino. Tenha a nova ministra a vontade política que, da bondade de nos ouvir, muito teremos para negociar! ▶

Rogério Ribeiro,
Direcção do SPN

A casa do vizinho a arder...

Ainda não se fala dos aumentos da Função Pública e muito menos das pensões de aposentação. Contudo, a Comunicação Social já referiu os aumentos para o regime geral da Segurança Social.

Para o aumento das pensões é tido em conta o Indexante de Apoios Sociais (IAS), que é calculado tendo em conta a inflação do ano anterior, ou seja o corrente. Como dizem que a inflação deste ano é nula, e isto podia levar a um abaixamento das pensões, arranjam outro esquema perverso em que só há aumentos nas pensões até 1.500 euros, para o regime geral.

Como, salvo raras excepções, os professores e educadores aposentados têm pensões superiores a esse escalão, temos grandes reservas quanto à proposta que irão apresentar e que pode abrir, ainda mais, o fosso entre os aposentados e os educadores/professores no activo.

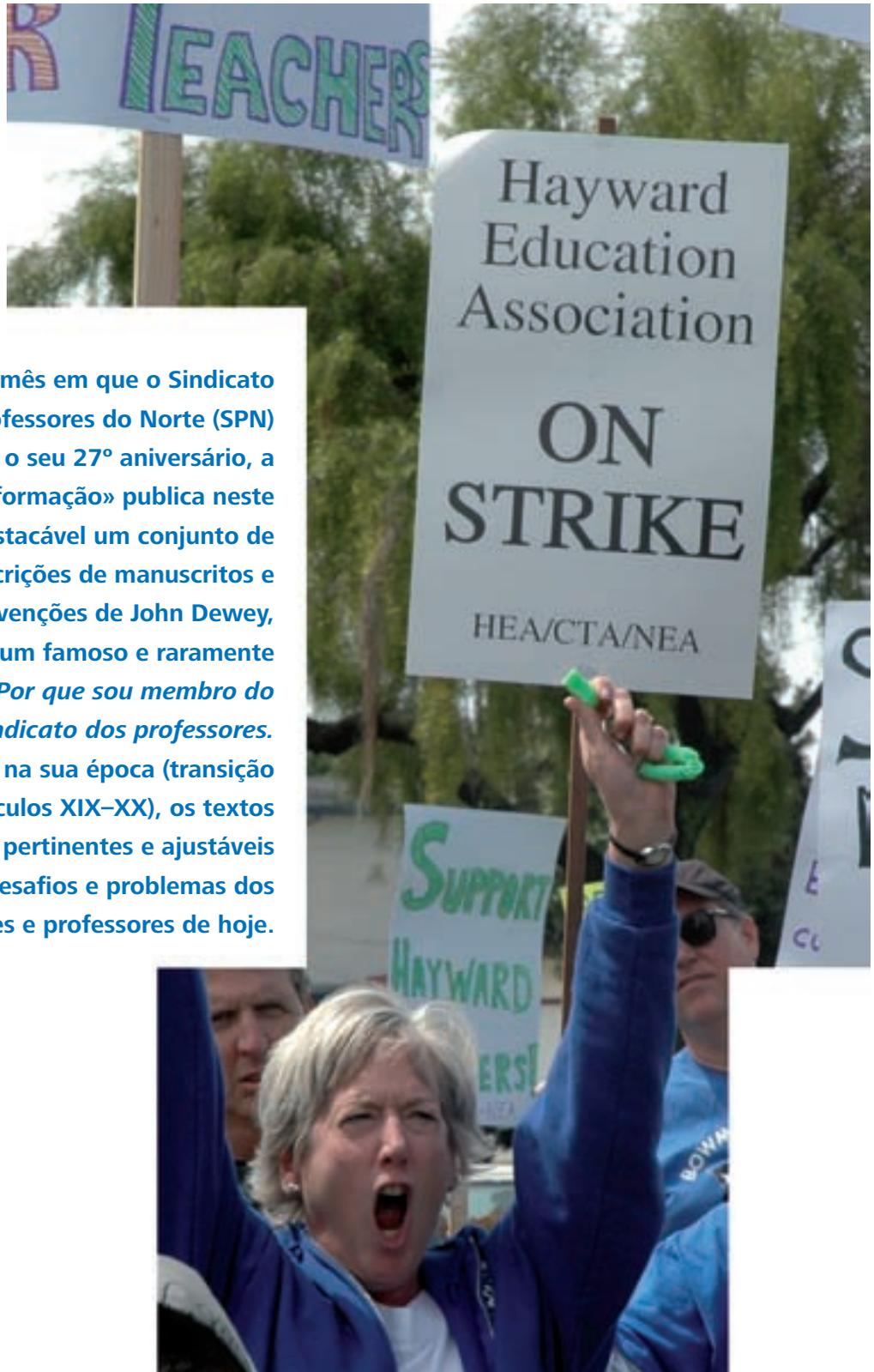
Temos que exigir a alteração dos critérios estabelecidos no IAS, que foi criado para prejudicar os pensionistas e resolver problemas que lhes são estranhos. Vamos estar atentos e voltar a exigir a indexação. ▶



Teresa Maia Mendes
MAG do SPN

POR QUE PRECISAM OS PROFESSORES DE UM SINDICATO

No mês em que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) celebra o seu 27º aniversário, a «SPN-Informação» publica neste destacável um conjunto de transcrições de manuscritos e intervenções de John Dewey, incluindo um famoso e raramente impresso *Por que sou membro do sindicato dos professores*. Incisivos na sua época (transição dos séculos XIX–XX), os textos continuam pertinentes e ajustáveis aos desafios e problemas dos educadores e professores de hoje.



Por que sou membro do sindicato dos professores

Acerca de por que sou membro do sindicato dos professores, a interrogação que naturalmente me vem à ideia é por que não deveria ser? por que não deveriam todos os outros professores ser?

Mas há um elemento pessoal na situação que eu gostaria de mencionar. Concluí que o espírito de coragem, de rectidão, de energia, de idealismo prático, o sentido de justiça para todos os que estão a ser de alguma forma injustamente tratados, ou em perigo de o virem a ser, é o espírito animador do sindicato; e eu tenho-me sentido orgulhoso de ser membro do sindicato, se não por outra razão, por estar associado aos homens e mulheres que conduzem a sua actividade.

Por que é que se pertence a uma organização de professores deste tipo, em vez de simplesmente a uma de outro tipo? Parece-me que a resposta é óbvia. Há muitos motivos para o encontro de professores, quer no plano geral, quer em sectores particulares, para a discussão de assuntos de interesse académico, da melhoria das matérias ensinadas e de métodos de ensino.

Estes são motivos de sobra! Mas também há necessidade e espaço, muito espaço, para uma organização que tem em vista mais do que objectivos académicos. Há necessidade de uma organização de trabalho agressiva, que represente todos os interesses que os professores têm em comum. E que, ao representá-los, represente também a protecção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e, com isso, reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual.

Se hoje os professores, especialmente nos nossos maiores centros, não estão na posição de servos intelectuais, estou certo que isso é mais devido à actividade enérgica e agressiva dos sindicatos do que a qualquer outra causa.



foto Ana Alvim

Qual seria, hoje, a condição dos trabalhadores e das trabalhadoras, se não houvesse sindicatos?

Não me refiro apenas à condição das pessoas que estão nos sindicatos, mas à condição do trabalho em geral. Basta colocarmos a questão para saber que estaríamos a contemplar uma grande tragédia.

A própria existência de sindicatos de professores faz muito mais do que proteger e ajudar aqueles que são seus membros. E essa é, a propósito, uma razão por que o sindicato de professores não é maior. É por haver tantos professores fora dele, que confiam e dependem da protecção e apoio que a existência e as actividades do sindicato lhes dão, que eles querem resguardar-se atrás da organização sem avançarem e tomarem uma parte activa nela.

E se há professores que não são membros do sindicato, eu gostaria de lhes pedir para abandonarem a posição cobarde, posso chamar-lhe, e avançarem e unirem-se activamente àqueles que estão a fazer este grande e importante trabalho pela profissão docente.

Aspecto económico. Diz-se que os sindicatos dos professores, de forma distinta de outras organizações mais académicas, sobrevalorizam o aspecto económico do ensino. Bem, eu nunca menosprezei o aspecto económico do ensino, em especial no primeiro dia do mês, quando recebo o meu salário.

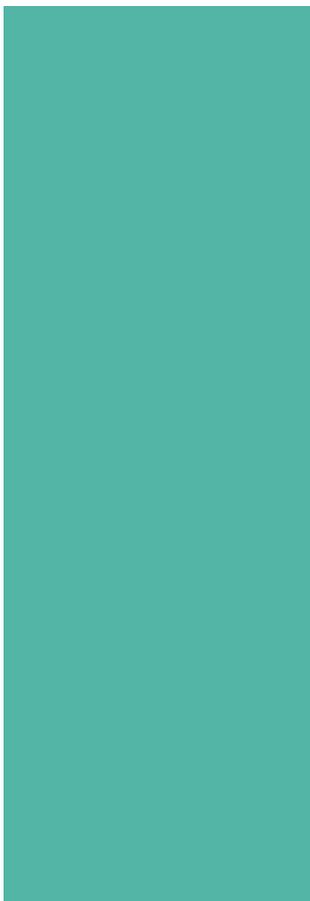
Acho que os professores têm que pagar a sua mercearia, as contas do talho e a renda da casa, tal como todas as outras pessoas. Acho que o respeito com que são considerados na comunidade, individual e colectivamente, está intimamente associado ao grau de independência económica de que desfrutam.

Acho que dos professores, mais do que de alguns outros membros da comunidade, se espera que mantenham um nível de vida razoavelmente alto. E acho que, no fim, aqueles que controlam o dinheiro que está por trás de uma instituição, geralmente controlam também o resto da instituição.

Por isso, não peço desculpa por dizer que uma razão para ser membro do sindicato dos professores é o facto de ele realmente enfatizar o aspecto económico da profissão docente de uma forma que outras organizações não fazem, embora, segundo parece, tenham enviado representantes quando as propostas de lei dos salários estiveram em discussão [no Congresso]. Mas essas outras organizações não afirmam, persistente e consistentemente, a independência económica dos professores em todas as suas fases.

Não foram os sindicatos dos professores que introduziram a ideia de uma administração empresarial das escolas das grandes cidades deste país, significando administração empresarial aquela que subordina a gestão educacional das escolas ao grupo dos maiores contribuintes e dos que fogem aos impostos. Não foram os sindicatos dos professores que introduziram o factor económico na educação, tentando manter caladas as bocas dos professores sobre todas as questões de interesse económico geral, menos para um pequeno grupo com grandes interesses económicos. Não, não foram os professores nem os sindicatos dos professores que introduziram estes elementos económicos nas escolas e os problemas decorrentes da sua gestão.

Vivemos numa era industrial e é uma tolice académica e mera fantasia supor que a condução da educação pública pode ser divorciada da proeminência que as questões económicas, industriais e financeiras ocupam em todas as outras fases da nossa vida social.+



Força contra a exploração. O sindicato dos professores tem sido também uma força constante e agressiva no combate aos esforços de vários interesses organizados (que não se juntam apenas para discussões académicas) para explorar as escolas para os seus próprios fins. Estas forças externas que gostam de usar a escola para os seus próprios fins são não só mais numerosas como mais bem organizadas do que o público tem consciência.

Não foram os professores, nem a Federação Americana do Trabalho (AFL), que recentemente propuseram (com o atrevimento de o fazerem em nome do progresso e do desenvolvimento) um programa de trabalho infantil com condições abaixo do nível agora mantido pelos estatutos de um número muito considerável de estados.

Foi outro corpo organizado, a Associação Nacional de Industriais, que apresentou esta proposta. Estarão os interesses dos professores nos seus alunos, não meramente nas crianças, mas também nos jovens do país, confinados ao ensino de matérias e ao desenvolvimento de métodos?

Ou têm os educadores do país pelo menos tanto interesse em manter padrões razoáveis quanto ao trabalho infantil, em manter razoavelmente alta a idade em que podem ir trabalhar, em restringir o número de horas de trabalho por semana e em distinguir entre ocupações seguras e aquelas que são inseguras – tanto verdadeiro interesse nesta questão como o que têm os industriais?

E não têm os professores um interesse que é possivelmente menos pecuniário e económico, um interesse social mais vasto e humano? Se têm, por que não é direito seu, até mesmo dever e responsabilidade, organizarem-se para assegurar efectivamente os interesses que mais deveriam acarinhar?

O acervo educacional da AFL é notável. Há alguns anos debrucei-me sobre documentos nessa área e digo sem qualquer medo de contradição que não há nenhuma organização nos Estados Unidos – não importa qual a sua natureza – que tenha um acervo tão notável no âmbito da educação pública liberal e progressista como a encontrada nos arquivos da Federação Americana do Trabalho.

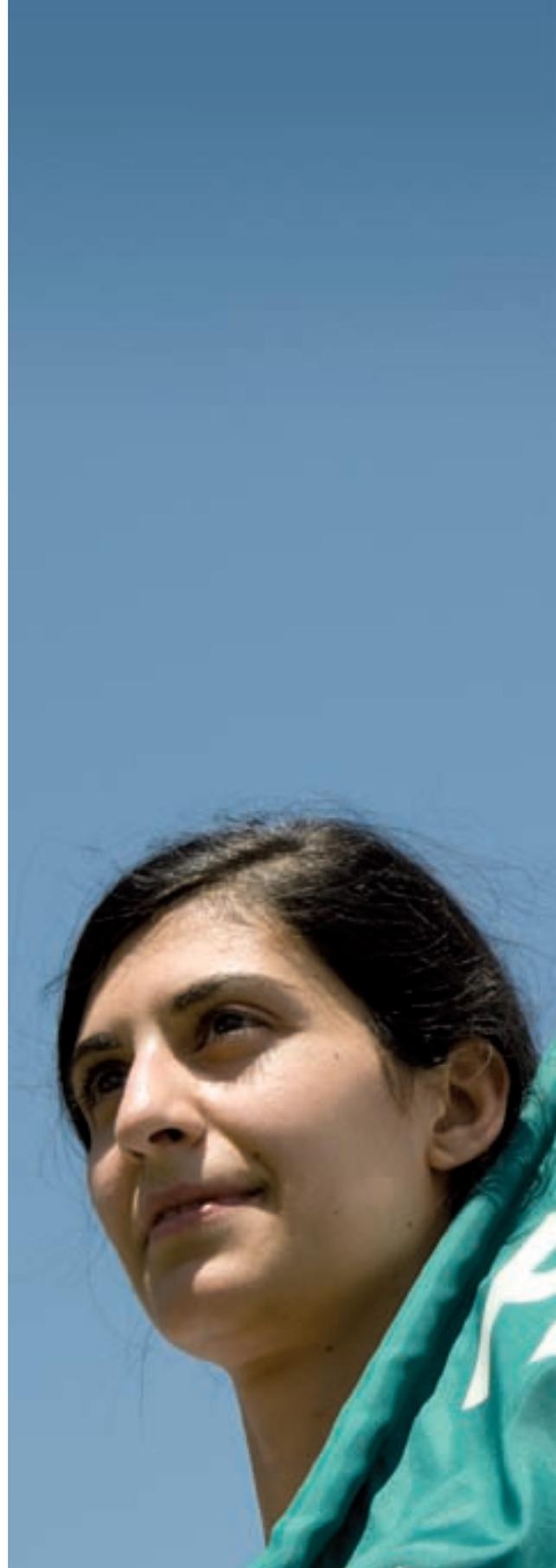




foto Ana Alvim

Snobismo académico. Não direi muito sobre o desejável afastamento por parte dos professores de um tipo de snobismo académico, porque há um snobismo académico assim como há um snobismo financeiro e social. E há muito tempo que cheguei à convicção de que este snobismo suporta uma parte considerável das objecções aos sindicatos dos professores e à sua federação noutras organizações de trabalhadores e trabalhadoras. Penso que essa é uma razão pela qual os seus argumentos são fracos.

Eles não podem assumir essa razão: ela tem que ser relegada para uma espécie de apelo emocional tácito. Gostaria de dizer um pouco mais, contudo, sobre o facto de que todo o nosso sistema educativo sofre do divórcio entre cabeça e mão, entre trabalho e livros, entre acção e ideias, um divórcio que é simbolizado nesta segregação dos professores do resto dos trabalhadores que são a grande massa da comunidade.

Se os programas de estudo nas nossas escolas são ainda demasiado académicos e demasiado pedantes, demasiado afastados do contacto com a vida, são-no, em grande medida, porque os educadores, administradores e professores estão, eles próprios, afastados dos problemas reais da vida, da forma como são enfrentados pela grande massa da população.

Se todos os professores estivessem dentro dos sindicatos dos professores e não fossem, meramente, uns tantos membros nominais que tentam manter as suas quotas pagas, mas sim membros trabalhadores activos em estreito contacto com os sindicatos, com os trabalhadores do país e os seus problemas, tenho a certeza de que mais seria feito para reformar e melhorar a nossa educação e pôr em execução ideias e ideais escritos e propagados por educadores e reformadores progressistas, do que por qualquer outra causa, se não mais do que por todas as outras causas juntas.

Os professores estão demasiado longe do trabalho no mundo, não demasiado próximos dele. Repito que essa é uma das causas fundamentais para a perpetuação das fraquezas da nossa educação tradicional.

Por que devo eu aderir? Deixem-me dizer que virá o tempo – não tenho a certeza que viva para o ver – em que a questão não será *por que devo aderir ao sindicato dos professores?* Será *Por que não devo ou por que não o fez esta ou aquela pessoa?*

Virá o tempo em que o princípio de organização e cooperação e o reconhecimento de interesses comuns a todos aqueles que de alguma forma trabalham, seja principalmente com a sua cabeça ou com as suas mãos, ou com a sua voz, serão tão claros, que as explicações, as desculpas e os argumentos terão que vir daqueles que não são membros dos sindicatos de professores. ▀

Nota: Intervenção publicada na «American Teacher», revista da Federação Americana de Professores (Janeiro, 1923).



foto Ana Alvim

Organização profissional de professores

Nós (professores) não tivemos inteligência suficiente para sermos corajosos. Faltou-nos um sentido de lealdade à nossa vocação e a uns aos outros, e por esse motivo não aceitamos plenamente as nossas responsabilidades como cidadãos da comunidade...

São frequentemente postas objecções – penso que em geral de carácter muito snob – contra as federações de professores, devido à sua filiação nos sindicatos dos trabalhadores. Não me deterei sequer a argumentar contra as características meramente snobs dessa matéria.

Gostaria de realçar que esses sindicatos de trabalhadores desenvolvem um serviço útil; que eles também prestam um serviço público e pode ser que os mais esclarecidos, mais instruídos – quer dizer os sectores mais letrados da comunidade, como os professores –, se coloquem a si próprios ao nível destas outras organizações de pessoas que prestam um serviço necessário e útil, que eles apressem o tempo em que todos esses sindicatos olharão para todo o seu trabalho, não meramente do ponto de vista dos seus interesses pessoais e da protecção desses interesses pessoais, por importante que isso seja, mas também do ponto de vista do serviço público.

Há uma outra coisa que quero dizer. Por que é que os professores – que não tiveram que viver do trabalho das suas mãos e sofrer as privações e dificuldades de muitos dos membros dos sindicatos – acharam necessário, em tempo de carência e sofrimento, pedir apoio activo não às associações de industriais e associações de banqueiros e associações de advogados e aos chamados membros respeitáveis da comunidade, mas tiveram que virar-se para estas forças de trabalho organizado?

Penso que isso constitui motivo de vergonha e humilhação por parte das chamadas classes respeitáveis; mas penso, por outro lado, que é uma fonte de orgulho e de respeito próprio para os membros destes sindicatos e é uma razão pela qual todos os professores deveriam sentir-se orgulhosos de estarem filiados nos sindicatos de trabalhadores. ▶

Nota: Excerto de intervenção proferida num plenário convocado pela Federação Americana de Professores em Nova Iorque e publicada na «American Teacher».

Instaria os professores a aliarem-se ao trabalho organizado. Os professores das escolas públicas são funcionários públicos. Aqueles que os contratam e despedem têm grande poder. Muitas vezes, este é exercido irresponsavelmente, e em muitos locais há um processo de pressão subtil ou directo, e mesmo intimidação. Para ter coragem para rever a instrução, os professores precisam do apoio activo não apenas de organizações próprias, mas também da ligação com os elementos da comunidade que com eles têm fins comuns e já estão organizados.

Quer a depressão dos anos 30 quer a inflação dos anos 40 atingiram severamente os professores e as crianças do país. Os interesses económicos, preocupados com a redução do seu próprio volume de impostos, têm levado a cabo medidas da chamada Economia que estão a incapacitar a educação pública.

Os professores aprenderam que são assalariados. Estão hoje mais prontos do que no passado para agir em favor de uma mudança nas condições que, ao protegerem o assalariado, também protegerão não apenas os seus interesses pessoais, mas também a juventude do país e o futuro da sociedade. A oportunidade tem que ser aproveitada e os professores com sensibilidade social deviam tomar a dianteira.

A iliteracia económica. Em segundo lugar, os professores e os administradores deveriam, eles mesmos, levar a cabo a organização do estudo de problemas sociais e económicos. A iliteracia económica prevalece por todo o país e existe entre os educadores. Não faria mal declarar uma moratória temporária das discussões técnico-profissionais. Nos últimos pouco mais de trinta anos, a atenção dos professores tem-se quase exclusivamente dirigido para técnicas psicológicas.

O efeito foi desviar o seu pensamento e estudo das relações sociais da educação pública. A ênfase devia ser decididamente mudada. O modo mais directo de efectivar esta mudança é os professores socialmente progressistas iniciarem um curso de educação económica de si próprios e de outros. ▶

Nota: De «Economics and the Social Order», impresso pela League for Industrial Democracy por ocasião da celebração do 90º aniversário de Dewey.

Alguns professores têm a ideia de que o único objectivo de um sindicato de professores é proteger os salários dos professores. Não tenho desculpas a apresentar por isso. Não vejo por que não deveriam os trabalhadores ter uma organização que assegure um nível de vida decente.

O trabalhador merece o seu salário. Mas os princípios fundadores dos sindicatos da AFT são muito mais vastos e eu gostaria que estudassem em conjunto a história dos sindicatos que representam professores em cidades tais como Chicago, Nova Iorque, Minneapolis e outras, para verem que eles estiveram na vanguarda de todos os movimentos concebidos para melhorar a educação pública, para introduzir os princípios e ideais de educação progressista nas escolas frequentadas pela maioria das crianças; que eles foram o instrumento mais activo que há, não somente na protecção dos professores do abuso individual, mas também no levantamento contra os esforços dos políticos para usar o sistema escolar público para os seus próprios fins.

Gostaria de assegurar a quem duvide neste ponto que, se investigarem os verdadeiros registos dos sindicatos já existentes, encontrarão boas razões para se orgulharem de estar associados aos professores que já se organizaram nestes sindicatos.

Para terminar, quero dizer que todas essas outras organizações de professores são de grande valor. Elas elevam o nível do ensino no campo da erudição e de um melhor método de ensino. Mas nenhuma das que conheço, excepto a American Federation of Teachers, pugna tão aberta e incisivamente pelo reconhecimento da função social da profissão e por elevar o nível moral, intelectual e social da profissão, como uma profissão na base dos direitos sociais e das responsabilidades sociais do grupo de professores como um grupo profissional na comunidade. ▶

Nota: Excerto de The crisis in education – intervenção perante a Yale Local 204, da AFT (New Haven, Connecticut).

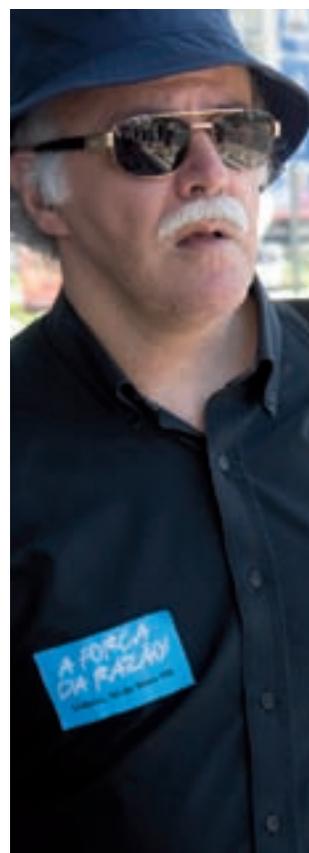
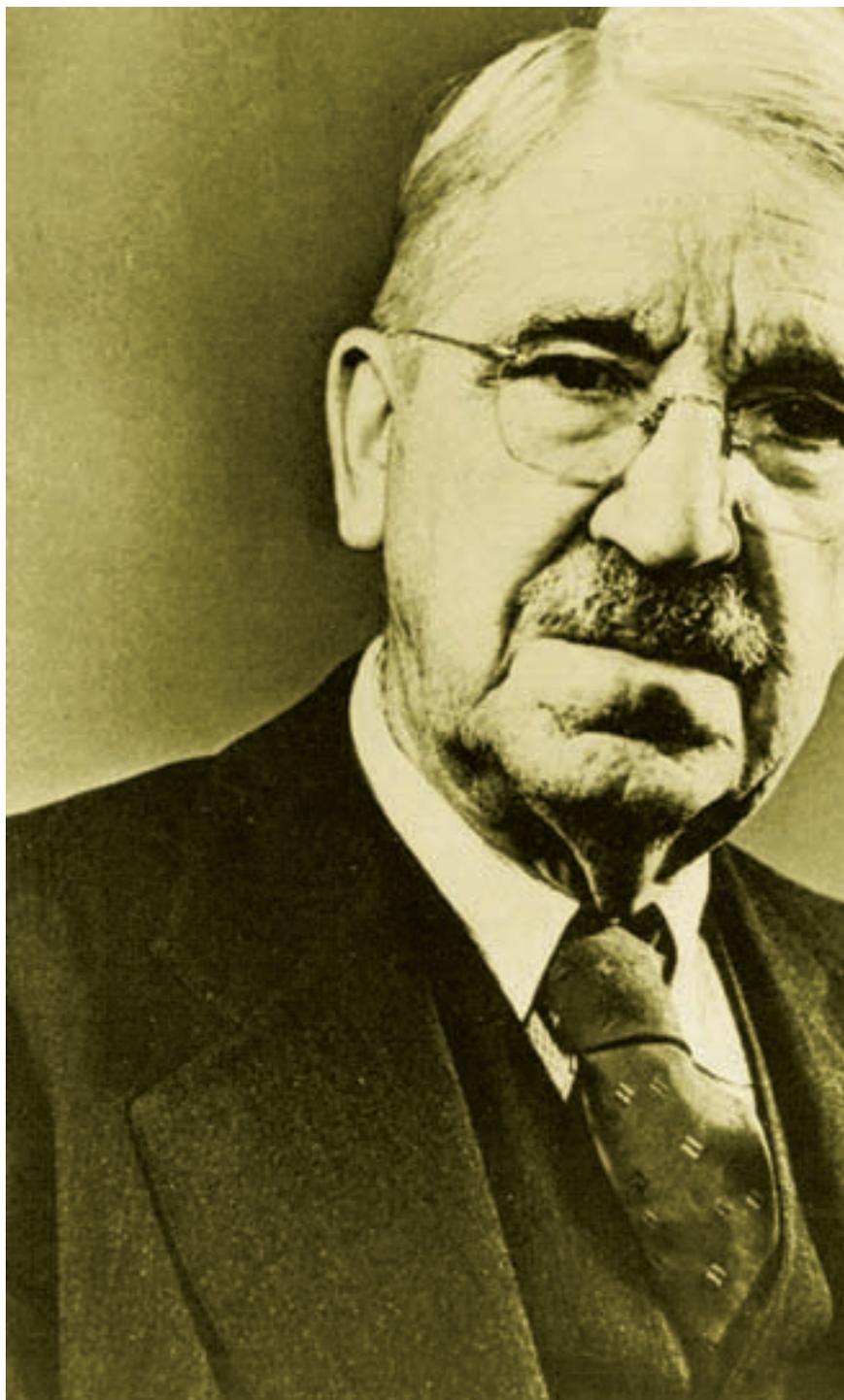


foto Ana Alvim



John Dewey (1859-1952). Filósofo e pedagogo norte-americano, é reconhecido como um dos fundadores do Pragmatismo filosófico, um pioneiro da Psicologia funcional e a principal referência da educação progressista na primeira metade do século XX. Entre as suas obras, destacam-se «The School and Society» (1899) e «Experience and Education» (1938). Durante anos, foi o nº 1 dos professores universitários membros da American Federation of Teachers. ▶

Alteração dos Estatutos do SPN

Sócios aprovam alterações propostas pela Direcção

Os sócios do SPN que participaram na consulta que o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (MTSS) impôs, e que teve lugar no passado dia 24 de Novembro, aprovaram na totalidade as alterações propostas pela Direcção.

A percentagem de aprovação variou entre 92,25% [artigo 89.º n.º 5] e 98,18% [artigos 7.º n.º 2 e 9.º alínea j)].

A consulta e os respectivos resultados são válidos, de acordo com o estatuído no artigo 89.º n.º 5.

A proposta aprovada, a nova versão dos Estatutos e outros documentos relacionados, bem como os resultados detalhados estão disponíveis em www.spn.pt. ▶

Ana Maria Brito Jorge,
MAG do SPN



Seguro de Saúde Grupo

Grande evolução no seguro disponibilizado aos sócios

No seguimento das negociações havidas com a SECRE, Corretores de Seguros e a Açoreana Seguros, foi conseguida a renovação e a melhoria do seguro de saúde que tem vindo a ser disponibilizado aos associados do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e respectivos agregados familiares (cônjuges e filhos).

As vantagens introduzidas neste seguro de saúde abrangem os actuais e os futuros aderentes e entrarão em vigor a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 2010, sem qualquer aumento do prémio que tem vindo a ser praticado.

Traduzem-se, sobretudo, na possibilidade de os aderentes poderem optar entre o recurso a uma vasta rede de serviços clínicos e hospitalares, a que poderão aceder através do Cartão de Saúde que lhes será brevemente remetido, ou recorrer à participação nas despesas realizadas fora da rede, nos exactos moldes em que tem vigorado até agora.

Também passará a ser disponibilizada uma cobertura de assistência a pessoas (incluindo Consulta ao Domicílio), bem como o acesso a uma Rede de Bem-Estar para a saúde e lazer (SPA, termalismo, *health clubs*, nutrição, terapias diversas, etc.), de uma forma simples, fácil e económica.

Mantêm-se assim disponíveis duas opções de seguro, à escolha de todos os interessados (permitindo a inclusão do agregado familiar), tendo sido reforçadas por novas garantias e pelo acesso a uma rede nacional de serviços clínicos e hospitalares.

Entretanto, recorda-se que a próxima cobrança, referente ao primeiro semestre de 2010, se efectuará no dia 25 de Janeiro de 2010. ▶

+ informações: www.spn.pt

Politécnico ainda em luta



O anterior Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (ECDESP) permitiu a situação que se vive actualmente – 70% dos docentes contratados como equiparados, ou seja, em situação de precariedade. Os docentes que estão actualmente no Politécnico como equiparados, alguns há mais de 20 anos, têm cumprido de modo esforçado as suas funções, ajudaram a construir o que é hoje o Politécnico e, inclusive, criaram e deram corpo a alguns grupos de investigação de excelência. Sem que isso fosse até aqui exigido, alguns desses docentes fizeram o doutoramento, a expensas próprias e sem direito a dispensa de serviço.

No final da anterior legislatura, foi levado a cabo um intenso processo negocial entre os sindicatos e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), com vista à alteração dos estatutos das carreiras do Politécnico e universitária. Pela luta dos docentes (manifestação frente à Assembleia da República, greve às avaliações de Julho no Politécnico), muito foi conseguido neste processo negocial. São exemplos o aproximar da carreira do politécnico à do universitário, a exigência de doutoramento como qualificação de acesso à carreira, o assumir da exclusividade como forma normal do exercício das funções docentes e o alargamento, em muito, dos antigos “quadros”, agora lugares de carreira, podendo ser invertida a enorme precariedade existente.

Contudo, o ministro Mariano Gago mostrou-se sempre irredutível na exigência de que o acesso à carreira no Politécnico, mesmo para aqueles que se encontram já hoje como equiparados, fosse feita por concurso público internacional, pondo em causa o direito ao posto de trabalho de milhares de docentes dedicados, que, por razões alheias à sua vontade, se encontram na “carreira paralela” de equiparados. Foi com esta grave discriminação que o decreto-lei foi aprovado em Conselho de Ministros e promulgado pelo Presidente da República a 31 de Agosto último.



foto Ana Alvim

Oposição disponível

Já com uma nova correlação de forças no Parlamento, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) promoveram um Encontro Nacional do Ensino Superior Politécnico (11 de Novembro, no ISEL), que teve a participação de mais de 300 docentes de todo o país, destacando-se a participação do Instituto Politécnico do Porto, nomeadamente do Instituto Superior de Engenharia, que fez deslocar dois autocarros.

No encontro participaram, também, representantes de quatro partidos políticos. PCP, BE e CDS assumiram estar dispostos a um entendimento entre partidos para mudar o regime transitório. Para isso, pediram já a chamada da lei à Assembleia da República, para apreciação, uma vez que o diploma não foi ali discutido. O representante do PSD (e vice-presidente da Comissão Parlamentar de Educação) assumiu, em nome pessoal, também estar de acordo, aguardando agora os docentes do Politécnico que essa posição seja partilhada a nível do seu partido.

Os docentes aprovaram ainda uma resolução onde reclamam para o regime transitório do ECDESP:

- que seja consagrado, à semelhança do que sucedeu no subsistema universitário, aquando da introdução do doutoramento como qualificação de referência, um regime de transição que permita a integração na categoria de professor adjunto da nova carreira a todos quantos já disponham daquele grau académico ou que, num suficiente período transitório, o venham a obter, sem prejuízo da avaliação necessária para a consolidação do respectivo contrato por tempo indeterminado, no final do período experimental, e uma vez garantidos os apoios necessários, como é o caso da dispensa integral de serviço docente;

- que seja contemplado um regime transitório com efeitos semelhantes para quem obtenha o título de especialista e também para quem, não se achando já em condições de adquirir qualquer das novas qualificações de referência, dê provas de ter adquirido, ao longo da sua extensa vida académica, qualificação equivalente, frequentemente validada por avaliações já realizadas.

Embora confie na justeza das reivindicações, o Sindicato dos Professores do Norte salienta a importância de acompanhamento, informação e esclarecimento dos deputados eleitos nos diferentes distritos, bem como, se necessário, de mobilização junto da Assembleia da República para a concretização dos justas reivindicações dos docentes. ▸



foto Ana Alvim

Raul Medina,
Direcção do SPN



Índice de legislação

foto isto é

SETEMBRO

I Série

30. Decreto-Lei 269/09

Regulamenta a avaliação no ano 2008 para os trabalhadores abrangidos pela Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

30. Decreto-Lei 270/09

Procede à nona alteração do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensino Básico e Secundário, alterando ainda os decretos-lei nº 20/2006, de 21/Janeiro, e 104/2008, de 24/Junho.

II Série

28. Despacho 21.666/09

Regulamenta o período probatório para o ano escolar 2009/10.

29. Despacho 21.771/09

Estabelece o apoio financeiro aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública para aquisição de material didático no ano lectivo 2009/10.

OUTUBRO

I Série

06. Decreto-Lei 281/09

Cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

06. Decreto Regulamentar 27/09

Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar nº 3/2008, de 21/Janeiro, que estabelece o regime da prova de avaliação de conhecimentos e competências prevista no artº 22º do ECD.

16. Portaria 1.266/09

Altera a portaria nº 551/2009, de 26/Maio (ajustamento dos quadros de pessoal dos estabelecimentos públicos de Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança).

21. Portaria 1.317/09

Mantém o regime transitório da avaliação de desempenho, nos termos do artº 14º do Decreto Regulamentar nº 1-A/2009, de 5/Janeiro.

21. Portaria 1.324/09

Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades

a praticar pelas cooperativas e associações para efeitos de atribuição do subsídio de Educação Especial.

22. Decreto-Lei 302/09

Adequa o período de espera nas situações de doença durante o período de atribuição do subsídio de maternidade ao regime jurídico de protecção da parentalidade, paternidade e adopção do sistema previdencial, aprovado pelo decreto-lei nº 91/2009, de 21/Abril.

II Série

07. Despacho 22.238/09

Aprova o regulamento da prova de domínio da Língua Portuguesa, nos termos do disposto no artº 48º da Lei nº 97/2009, de 4/Março.

15. Despacho 22.840/09

Aprova as regras e procedimentos a adoptar pelos serviços da Direcção Geral do Ensino Superior nas operações conducentes à fixação do rendimento anual do agregado familiar dos estudantes de estabelecimentos privados de Ensino Superior candidatos à bolsa de estudo.

NOVEMBRO

I Série

12. Portaria 1.388/09

Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de Educação Especial com fins lucrativos.

18. Declaração de Rectificação 84/09

Rectifica alguns artigos do Decreto-Lei nº 270/09, de 30/Setembro, que procede à nona alteração do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo DL 139-A/90, à terceira alteração ao DL 20/2006 e à primeira ao DL 104/2008.

Faltas por doença, além de 30 dias: que efeitos?

A questão em título encontra resposta, essencialmente, na conjugação do artigo 103º do Estatuto da Carreira Docente (ECD) com o artigo 29º do Decreto-Lei nº 100/99, de 31 de Março [*regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Central, Regional e Local*], o qual dispõe que as faltas por doença descontam na antiguidade, para efeitos de carreira, quando ultrapassem 30 dias seguidos ou interpolados em cada ano civil (artigo 29º, nº 3).

Por sua vez, o artigo 86º do ECD determina que aos educadores e aos professores dos ensinos Básico e Secundário se aplica a legislação geral em vigor na Função Pública relativamente às matérias nele previstas, “com as adaptações constantes” previstas no próprio ECD – e assim afastando o regime geral previsto.

Assim, importa aferir se o ECD prevê um regime especial, em detrimento da lei geral, quanto aos efeitos das faltas por doença na progressão da carreira – o artigo 103º legitima esta questão. Ora, regime especial afasta regime geral se, e quando, coincidirem as previsões legais, o que se verifica no que concerne aos efeitos das faltas enunciadas no artigo 103º.

O Gabinete Jurídico do SPN entende que o ECD prevê matérias especiais que não se encontram a coberto dos efeitos previstos no DL 100/99. Assim, o legislador pretendeu estabelecer efeitos diferentes para as faltas nas matérias que, pela sua especificidade, se encontram previstas no ECD – se o não pretendesse, não faria qualquer sentido a previsão legal do artigo 103º.

Há que atender às adaptações que o ECD contém e que o citado artigo salvaguarda – trata-se de matérias que não são aplicáveis à generalidade da Função Pública, mas apenas aos docentes. Por outro lado, o ECD não prevê a generalidade dos tipos de faltas, nem os seus efeitos, porquanto, em todas as faltas que não prevê expressamente, pretende fazer valer a remissão para o regime geral. Ou seja, apenas quando pretende um regime diferente do geral, o legislador prevê e estatui expressamente de modo diferente, como acontece nas faltas por conta do período de férias (artº 102º).

Nesta conformidade, as ausências por doença superiores a 30 dias em cada ano, seguidos ou interpolados, não descontam na antiguidade para efeitos de carreira, por força do artigo 103º do ECD.

Quanto a efeitos para aposentação, estas faltas também não descontam, não por força do artigo 103º, mas do Estatuto da Aposentação.

Prevalência da norma

O relevo desta norma manifesta-se ainda por outra via, no que à progressão diz respeito. Na verdade, estando a questão da avaliação do desempenho prevista apenas no ECD, aplica-se-lhe o artigo 103º no que concerne ao critério de assiduidade. A equiparação prevista pela citada norma é a razão legal pela qual, por exemplo, as ausências dos docentes por doença não deverão ser consideradas na sua ficha de avaliação. E o ECD contém preceitos que reforçam este entendimento, nomeadamente, os artigos 37º e 40º.

A estas razões, acresce que qualquer interpretação restritiva do artigo 103º do ECD introduz uma dualidade de tratamento em relação aos docentes que se encontram inscritos no regime da Segurança Social, porque a estes não se coloca a possibilidade de aplicação do DL 100/99, prevalecendo a equiparação a prestação efectiva de serviço consagrada naquele artigo – em relação aos docentes do QND não inscritos no regime de Segurança Social, esta norma, conjugada com o DL 100/99, conduziria, do ponto de vista laboral, a um tratamento diferenciado, constituindo um resultado jurídico inaceitável. Em suma, a norma do artigo 103º afasta o DL 100/99, por especialidade, prevalecendo sobre ele. ▀



Os participantes (de Portugal, Grécia, França, Bélgica, Itália e dos diferentes territórios de Espanha) aprovaram por unanimidade uma resolução de apoio aos sindicalistas recentemente detidos na Turquia e acordaram uma “mobilização europeia contra a estratégia neoliberal e privatizadora” da *Estratégia de Lisboa*, adoptada pelo Conselho Europeu em 2000, sob presidência portuguesa, e com a previsão de entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010.

As organizações presentes – sindicatos, organizações estudantis, organizações de mães e pais, movimentos de renovação pedagógica – consideraram ter sido um êxito a realização desta reunião e salientaram a sua importância para que a Rede “volte a funcionar com carácter europeu”, sobretudo no que respeita à coordenação e realização de iniciativas que contrariem as políticas neoliberais. Foram ainda apresentadas propostas para debate no próximo Fórum Social Europeu, a realizar em Istambul (Junho de 2010), com dois pontos incluídos na agenda: as políticas de privatização da educação; os conteúdos da educação e da sua relação com as minorias étnicas e com os imigrantes. O tema central proposto para o FSE-Istambul, e que poderá constituir o “chapéu aglutinador” do Eixo da Educação, foi *Contra os Muros da Globalização*, tendo sido referida a necessidade de, através da imprensa sindical e da realização de encontros, levar às escolas e aos centros educativos o debate destas questões.

Albert Sansano, que coordenou a reunião, lembrou que já no FSE-Malmoe (Suécia, 2008) se viu a necessidade de uma reunião a nível europeu para troca de experiências, no sentido de elaborar estratégias e acções comuns no âmbito da Educação. Ideia presente na Assembleia Preparatória Europeia do FSE, realizada em Viena, a 9 de Junho, onde foi considerado conveniente que o FSE-Istambul tivesse um eixo específico da educação, o que levou a que as organizações presentes à reunião da APE/FSE em Diyarbakir (Turquia), realizada nos dias 25 e 26 de Setembro, considerassem oportuno propor a convocação da assembleia de Valência. Ideia que estará igualmente presente na APE a realizar em Berlim, em Janeiro de 2010.

Rede Europeia de Educação reuniu em Valência

A necessidade de levar a cabo uma mobilização europeia contra a *Estratégia de Lisboa* nos domínios da investigação e do ensino, foi a principal conclusão da Assembleia da Rede Europeia de Educação (Fórum Social Europeu), que reuniu em Valência (13-14 de Novembro).



Diversos temas em debate

A representação da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi assegurada por Manuela Mendonça (co-coordenadora do SPN e responsável pelas Relações Europeias da Federação), que fez a apresentação da situação portuguesa na área da educação, e por Henrique Borges (também da direcção do SPN e secretário nacional da Fenprof), que colocou em confronto com a situação vivida em Portugal alguns dos aspectos de política educativa apresentados pelos participantes de outros países.

Os temas tratados nesta Assembleia e aprofundados em dois grupos de trabalho foram:

- **globalização das políticas educativas:** como funciona? que mecanismos impõe esta política? é um mecanismo natural ou uma adaptação a um "sistema educativo europeu"?
- **práticas pedagógicas:** inovação e condições de trabalho
- **autonomia e competição de escolas/centros educativos:** que relação?
- **relação público-privado:** como articular ensino público e privado? a escola "concertada".
- **conteúdos de ensino e cidadania crítica:** os conhecimentos e os valores – qual o seu papel e importância?
- **participação dos pais na escola:** participação essencial? como conciliar a sua participação com a vida da escola?
- **formação profissional e contínua.**

Para além destes temas, a representação da Fenprof propôs para debate a situação profissional dos professores: titulares/não titulares, precarização, tempo de permanência na escola (professores e alunos).

No que respeita a iniciativas futuras, é de salientar a realização da APE em Berlim, onde se irá definir o programa do Eixo da Educação do FSE-Istambul e que tem também como preocupação envolver, na medida do possível, as organizações dos países do norte e centro da Europa neste movimento social.

Uma das referências constantes nas intervenções foi a Estratégia de Lisboa. Assim, e porque muitos dos aspectos da política educativa do governo português são estabelecidos ao nível da Europa, será aconselhável promover o debate, no seio da Fenprof, sobre as suas implicações no nosso sistema educativo. É abundante a informação sobre o assunto disponível na internet. ►

Nada voltará a ser como antes



Adriano. Sorrias sempre, independentemente da dor que o facto de não poderes comunicar te trazia. Fazias questão de continuar a fazer parte da vida do teu SPN, da vida dos teus Amigos e camaradas. Rias connosco, apesar da adversidade, e contribuías com a tua presença e sabedoria para que os nossos dias se tornassem melhores e mais felizes. Foste um exemplo para todos. Hoje, a dor da tua partida, que no dia-a-dia vou gerindo para que a vida possa continuar, não me larga. Acompanhas-me todos os dias. E vou-me iludindo, dando comigo a pensar que se não te vou visitar a casa para te levar o jornal, como fazia, é porque agora o meu caminho não se cruza com Ermesinde.

Quem, como eu, teve a oportunidade de privar contigo de perto sabe: é verdade que existem imprescindíveis, como dizia Brecht.

Contrariamente a outros, nunca serás substituível, porque tu foste

aquele que esteve, efectivamente, Sempre de corpo e alma ao lado das mais nobres causas, sustentando as tuas acções nos mais nobres valores, nunca com segundos interesses.

Pessoas como tu não morrem, Adriano, apenas deixam de aparecer. E é por isso que não me deixas outra alternativa senão continuar a dar o meu melhor pelo nosso SPN e pela Fenprof. Porque tu, Adriano, como já várias vezes a Manuela disse, eras o melhor de nós, e por isso faremos questão que o teu exemplo se mantenha vivo entre nós, entre os professores.

Não tarda, vai começar a chover... Está para chegar o Inverno. As gotas de chuva pendendo nos telhados serão o sinónimo das lágrimas que permanecem naqueles que não conseguem aceitar que partiste.

Até sempre, meu grande Amigo!



Zé Paulo. Prefiro pensar que foi porque não quiseste deixar o teu Amigo sozinho...

Gostaria de te dizer, Zé Paulo, com quem mantive uma relação mais próxima nos últimos dois anos, que vou ter saudades das nossas conversas e da Amizade, do teu saber profundo, sempre transmitido com convicção e emoção, e do teu amor pelas causas que defendias.

Nunca esquecerei o teu respeito pelos outros, independentemente da diferença de opiniões. Não esquecerei a tua ternura quando falavas do Adriano...

Vou ter saudades tuas, Amigo! ▶

Júlia Vale

Professor, profissão de risco

Em quase três anos de actividade, a Linha SOS Professor recebeu 353 contactos: 43,6% dos docentes denunciaram agressões verbais e 27,8% agressões físicas. Indisciplina e mau relacionamento completam as situações mais denunciadas pelos docentes. [...] Foi no 1º Ciclo que se registaram mais relatos (27,2%), seguindo-se o 3º, com 21,5%. [...] Os casos mais referidos envolvem professor e aluno (58,4%), verificando-se uma maior incidência ao nível da agressão verbal (106), com a indisciplina logo a seguir (85) – situações mais frequentemente verificadas no 3º ciclo e no Secundário. Os problemas denunciados pelos professores aconteceram, em grande parte, no recinto escolar. [...] Foram sobretudo as professoras que ligaram

para a Linha SOS Professor, representando 80,7% [...] Quanto à faixa etária, a maior percentagem (26,1%) regista-se entre os 40-49 anos. [...] Lisboa é a zona do país de onde foram feitas mais chamadas (26,3%), seguindo-se o Porto (22,9%) e Setúbal, com 6,8%. [...] Ao longo dos três anos, de 581 apoios prestados, 201 foram psicológicos, 90 psicopedagógicos e 87 jurídicos. [...] A Linha SOS Professor cessou, entretanto, a sua actividade. Contudo, o apoio mantém-se no Espaço Convivência nas Escolas através do número 961 333 059 e do e-mail sosprofessor@anprofessores.pt. ▶

Fonte: Educare.pt ("As queixas dos professores")

Auditório ACE/Teatro do Bolhão

Otelo, by Kuniaki Ida

Até 20 de Dezembro, António Capelo, Rita Lello e João Paulo Costa protagonizam a mais imortal história de ciúme – “esse monstro de olhos verdes que se diverte com a carne que o nutre” –, num regresso do japonês Kuniaki Ida à ACE/Teatro do Bolhão, para dirigir um dos textos fundamentais da dramaturgia universal: “Otelo”, de William Shakespeare.



foto Ana Pereira

Com esta produção, a ACE/Teatro do Bolhão regressa a uma das linhas nucleares da sua programação: a revisitação dos textos e dos autores mais emblemáticos da dramaturgia universal. E Shakespeare “é, provavelmente, o desafio de reinterpretação mais paradigmático que poderemos encontrar no universo teatral já que continuamos a procurar, há mais de quatrocentos anos, através de réplicas e releituras das suas obras, um conhecimento mais profundo de nós mesmos”.

Trabalhando fundamentalmente em Tóquio e Milão, Kuniaki Ida afirmou-se profissionalmente, ao longo dos últimos 30 anos, como director de teatro e ópera, sendo reconhecido por um percurso artístico pautado pela multiplicidade de identidades e referências. Parceiro fundamental do projecto, Ida dirigiu duas produções emblemáticas da ACE/ Teatro do Bolhão: “A Resistível Ascensão de Arturo Ui” (Brecht), em 2003, e “D. Juan” (Molière), em 2005.

“Otelo” é um espectáculo fortemente marcado pelo cosmopolitismo e pela contemporaneidade das suas linguagens artísticas, convocando o genial jogo de equívocos engendrado por Shakespeare, a comédia/tragédia tão profundamente humana que ainda hoje nos abala. “A fragilidade derradeira e a vulnerabilidade à dúvida e ao engano de Otelo, a abjecta e paciente teia de ilusões urdida por Iago no exercício de um mal injustificado, são traduções do que é ser homem – hoje e sempre. Kuniaki Ida explora o inesgotável potencial teatral deste texto, evidenciando a sua surpreendente pertinência e actualidade”. ▶

Auditório ACE/Teatro do Bolhão

Pç. Coronel Pacheco, nº 1 Porto

Até 20 de Dezembro

4ª feira a Sábado, 21h30

Domingos, 16h

Informações e reservas

222 089 007

Os associados do SPN beneficiam de 40 % de desconto



SOLO BRASIL NA CASA DA MÚSICA. Nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro, na Casa da Música (Porto), o colectivo Solo Brasil apresenta *Uma Viagem Através da Música Popular do Brasil*. Com guião e direcção de Lauro Moreira (embaixador do Brasil na CPLP, em Lisboa), o espectáculo é uma mostra da MPB ao longo do século XX. Esse período está dividido em blocos cronológicos constituídos por músicas representativas de cada uma das etapas e antecidos de breves comentários (na língua local) a cargo de um narrador. Além de Lauro Moreira, Solo Brasil é constituído por Luiz Chaffin (direcção musical, violão, bandolim, viola caipira, cavaquinho), Maria Eugénia (voz), Marcelo Maia (baixo), Henrique Reis (teclados), Ademir Júnior (clarinete, saxofone), Fred Valle (bateria) e Edilson Moraes (percussão). ▶

Schnitzler nos Congregados

“Dança de Roda” é o mais recente projecto teatral do colectivo Vintena Vadia, em cena na **Travessa dos Congregados, no Porto** (dias 3 a 5 e 9 a 11 de Dezembro).

A dramaturgia circular da peça de Arthur Schnitzler desenha o campo conflitual da atracção e da repulsa erótica, da ligação e do abandono, do desejo e do fastio. A pergunta *o que é o amor?* está sempre presente, e a resposta percorre todas as cenas, sem nunca ser formulada – é a tristeza de que a promessa criada pelo amor existe como esperança e não por natureza.

Em “Dança de Roda”, bailam o belo e o horrível: o horrível está nos gestos do desejo, nas transformações bruscas, na desconstrução das personagens, antes muito bem desenhadas; o bonito é a graciosidade, a simpatia dos indivíduos, a comicidade das atrapalhações deles, a humanidade gentil, tanto na inflamação provocada pelo desejo, como na lucidez que se lhe segue. ▶



Dança de Roda

3 a 5 + 9 a 11 / Dezembro

encenação: Elisabeth Schuster

cenografia: Al Justo

música: Pedro Junqueira Maia

interpretação: Artur Silva, Carla Guedes, Cristina Freitas, Eduardo Teixeira, Giancarlo Pace, Luísa Barbosa, Maria José Gonçalves, Paula Dias, Rui Pena e Virginia Silva

informações: 96 780 02 69

9 a 13 de Junho

Visita a Córdoba e Granada



09 – 23h, saída de Bragança (central de camionagem)

10 – 10h, chegada a Córdoba e visita guiada > 14h30, almoço no restaurante Los Pátios e tarde livre > 17h30, partida para Granada e recepção no Hotel Vincci Granada**** > 20h30, jantar no hotel

11 – 09h30, visita à Alhambra > 13h, almoço livre > 15h, visita a Guadix > 20h30, jantar no hotel

12 – 09h30h, visita guiada a Granada > almoço livre > 15h, visita ao Parque das Ciências (Planetário, Torre da Astronomia, Casa das Borboletas, etc.) > 20h30, jantar no hotel

13 – manhã livre > 13h, partida de regresso > jantar no hotel “Campanille las rozas”, à saída de Madrid > chegada a Bragança (central de camionagem)

O preço [275€] inclui: transporte; alojamento e pequeno-almoço (10, 11 e 12); almoço (10); jantares (10, 11, 12, 13); visitas guiadas a Córdoba e Granada; entradas na Alhambra e na catedral de Córdoba.

No autocarro, os lugares serão ocupados de acordo com a ordem de inscrição. Só serão aceites as 48 primeiras inscrições.

+ informações e inscrições

Direcção Distrital de Bragança do SPN



Fenprof rejeita estrangulamentos na carreira docente

Apesar de acabar com a divisão dos docentes em titulares e não titulares, a Fenprof discorda da proposta do ME para alteração da estrutura da carreira, porque substitui o momento em que a progressão se sujeitava a contingentação de vagas (acesso à categoria de titular) por três momentos – acesso aos 3º, 5º e 7º escalões.

Para a Federação, quaisquer estrangulamentos introduzidos numa carreira única traduzir-se-iam na subjugação do mérito (reconhecido em sede de avaliação) a lógicas e critérios estritamente administrativos e financeiros. Por outro lado, o ME insiste na prova de ingresso – agora prova de acesso –, para além de deixar explícita a mesma duração de dois anos para os ciclos avaliativos e implícita a manutenção de quotas, ao manter o regime de acesso ao índice 370, criado para garantir a paridade entre a carreira docente e a dos técnicos superiores da Administração Pública.

Finalmente, a proposta é pouco clara relativamente à duração da carreira, à correspondência entre escalões e índices salariais, ao acesso e às funções dos docentes nos dois últimos escalões.

Propostas do ME

Estruturação. Carreira única, sem divisão entre titulares e não titulares, com desenvolvimento em 10 escalões. Especialização funcional (supervisão pedagógica, gestão da formação, desenvolvimento curricular, avaliação) facultativa nos dois escalões de topo, acessível, sob candidatura, aos docentes que possuam formação específica adequada.

Ingresso. Depende de qualificações adequadas, mérito e selectividade. Esta, através de prova pública de acesso e de aprovação no final de período probatório (um ano), com observação de aulas e avaliação da prática docente não lectiva obrigatórias.

Progressão e articulação com avaliação. Acesso a escalão superior mediante conjugação de tempo de serviço, formação contínua ou especializada e mérito, este traduzido na avaliação de desempenho, sem prejuízo da dimensão formativa. Classificação e regime de efeitos da avaliação continuarão a ter consequências nas condições e no ritmo de progressão, sem prejuízo de adaptações necessárias à nova estruturação. A observação de aulas é condição de acesso aos 3º e 5º escalões, bem como ao 7º, se não tiver tido lugar nos dois anteriores – se o docente não tiver serviço lectivo distribuído, a avaliação inclui relatório do director de escola. Fixação anual de vagas para acesso aos três escalões.

Responsabilidades funcionais. Coordenação, orientação, supervisão pedagógica e avaliação reservadas a docentes a partir do 4º escalão, preferencialmente com formação especializada – sempre que possível, aos dos dois últimos escalões com especialização correspondente. Por motivo justificado, estas funções podem ser atribuídas a docentes do 3º escalão com formação especializada.

Regime transitório. Aos docentes actualmente nos índices 299 e 340 aplicam-se as regras previstas no DL 270/2009.



nesta edição

- a abrir
02. **Assegurada a continuidade de um projecto pleno de sentido e pertinência**
- editorial
03. **Os professores precisam de um sindicato**
- acção sindical
04. **Conselho Nacional da Fenprof reuniu e aprovou resolução**
06. **Medidas indispensáveis**
09. **SPN acolhe debate sobre as AEC**
10. **Pela mudança de políticas no 1º CEB**
- aniversário spn
- I. **POR QUE PRECISAM OS PROFESSORES DE UM SINDICATO**
- II. **Por que sou membro do sindicato dos professores**
- VI. **Organização profissional de professores**
- VII. **Os professores e o trabalho organizado**
- VIII. **John Dewey**
- notícias spn
21. **Estatutos do SPN: Sócios aprovam alterações propostas pela Direcção**
- do superior
22. **Politécnico ainda em luta**
- legislação
24. **Índice de legislação**
25. **Faltas por doença, além de 30 dias: que efeitos?**
- internacional
26. **Rede Europeia de Educação reuniu em Valência**
- vemos, ouvimos e lemos
28. **Nada voltará a ser como antes**
- divulgação
29. **Otelo, by Kuniaki Ida**
- apostas spn
30. **Schnitzler nos Congregados | Visita a Córdoba e Granada**
- a fechar
31. **Fenprof rejeita estrangulamentos na carreira docente**

spni
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXIV · II Série · N.º 34

Novembro 2009 · 2 euros

spninfo@spn.pt